COMISSÃO DE COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.491, DE 2015

Cria a Zona Franca de Rio Branco, Estado do Acre.

Autor: Deputado ALAN RICK

Relator: Deputado VINICIUS CARVALHO

I – RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei (PL), da lavra do Deputado Alan Rick, que sugere a criação de uma zona franca no Município de Rio Branco, Estado do Acre, com características de livre comércio de exportação e de importação e de incentivos fiscais especiais.

O regime tributário, cambial e administrativo da nova zona franca, cujos benefícios e incentivos valeriam até 31 de dezembro de 2073, seria idêntico ao da Zona Franca de Manaus.

Para atender ao disposto no inciso II do art. 5º e nos arts. 14 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 —, o Poder Executivo ficaria encarregado de estimar o montante da renúncia fiscal decorrente da aprovação da proposta e incluí-lo no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanharia o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se daria após decorridos sessenta dias da publicação da lei resultante do projeto.

A proposição, que está sujeita à apreciação conclusiva e tramita em regime ordinário, foi distribuída às Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra), Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ao apreciar a matéria, a Cindra e CDEICS resolveram aprová-la.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do despacho original, cabe à CFT, além do exame de mérito, apreciar a proposta quanto à sua adequação orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 32, X, "h", e 53, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), o que envolve avaliar a compatibilidade da proposição com a lei orçamentária anual vigente, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual.

Como já foi dito, o projeto sugere a criação de uma zona franca no Município de Rio Branco, Estado do Acre, com características de livre comércio de exportação e de importação e de incentivos fiscais especiais, sendo que o regime tributário, cambial e administrativo da nova zona franca seria idêntico ao da Zona Franca de Manaus e os benefícios e incentivos valeriam até 31 de dezembro de 2073.

Além disso, a proposição prevê que, para atender aos já citados dispositivos da LRF, caberia ao Poder Executivo estimar o montante da renúncia fiscal decorrente da aprovação da proposição e incluí-lo no demonstrativo mencionado no artigo da Carta Magna anteriormente referido. Dessa forma, no que se refere à adequação orçamentária e financeira do PL nº 3.491, de 2015, entendemos que tais regras atendem às disposições da LRF e da Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor.

Quanto ao mérito do projeto, não restam dúvidas de que ele dever ser aprovado.

Estamos aqui a tratar de uma daquelas situações em que o Estado brasileiro utiliza o caráter extrafiscal que pode ser conferido aos tributos, para estimular determinados comportamentos por parte das pessoas físicas e jurídicas, buscando apaziguar situações sociais perturbadoras ou, sob uma ótica mais específica, mitigar desequilíbrios entre as diversas regiões que compõe a nossa República, por meio de incentivos para a realização de investimentos diretos que, na ausência desses benefícios fiscais, muito provavelmente, não seriam realizados.

Com efeito, o Brasil, ao longo das últimas décadas, tem feito uso dos mais variados tipos de incentivos fiscais como um instrumento de políticas públicas ativas e permanentes para a promoção do desenvolvimento

econômico e regional, visando, em âmbito nacional, complementar o desenvolvimento da indústria e aumentar e diversificar a pauta de exportações e, em âmbito regional, desenvolver o Norte, o Nordeste e, mais recentemente, o Centro-Oeste.

Nesse contexto, parece-nos que a aprovação do projeto contribuirá para o desenvolvimento da Região Norte, em especial do Estado do Acre, tornando viável a instalação de uma multiplicidade de negócios produtivos. Por certo, essa medida gerará emprego e renda na citada região e estreitará o hiato hoje existente entre os níveis de desenvolvimento econômico do estado sobredito e dos estados das regiões brasileiras economicamente mais adiantadas.

Em face do exposto, o voto é pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do PL nº 3.491, de 2015; e, quanto ao mérito, pela aprovação do PL nº 3.491, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado VINICIUS CARVALHO
Relator